

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

RELATO DE EXPERIÊNCIA ALÉM DA SALA DE AULA: COMO A EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO TRANSFORMOU ACADÊMICAS E IMPACTOU A COMUNIDADE

Fernando Machado

UEMS

Fernandomachado@uems.br

Michele Serafim dos Santos

UEMS

54860601300@academicos.uems.br

Brenda Bogarim

UEMS

05336125199@academicos.uems.br

Maria Carla Fachin

UEMS

06834619151@academicos.uems.br

Eixo 1-Pesquisa, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas

Resumo: O presente relato de experiência apresenta as práticas de extensão universitária promovidas por alunas do Curso de Direito do 3º ano da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS – Unidade de Jardim/MS, especialmente voltadas para a conscientização social e cidadania. A atividade abrangeu a realização de palestra no ambiente escolar sobre o assunto bullying e cyberbullying, bem como exposição em feira agropecuária com orientação jurídica e distribuição de panfletos sobre redes de apoio. A experiência revelou na prática da aplicabilidade do conhecimento jurídico, no desenvolvimento de habilidades interpessoais e no impacto social da universidade, aprimorando, assim, a integralização das alunas.

Palavras – chave: Direito. Cidadania. Bullying. Cyberbullying. Extensão Universitária.

Introdução

A prática de extensão universitária constitui uma ponte essencial entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, proporcionando às estudantes oportunidades concretas de aplicar a teoria aprendida em sala de aula em benefício da comunidade. No curso de Direito, essa vivência adquire uma relevância ainda maior, visto que a formação jurídica demanda não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade social, ética e compromisso com a cidadania.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Durante o primeiro semestre do terceiro ano do curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), as acadêmicas participaram ativamente da disciplina de Práticas de Extensão, desenvolvendo uma série de ações voltadas à conscientização social e ao fortalecimento da cidadania.

A primeira atividade realizada envolveu a promoção de uma palestra em uma escola da rede estadual, com a presença de um delegado de polícia, abordando temas como *bullying* e *ciberbullying*. A segunda atividade foi a participação na Exposição Agropecuária local, com distribuição de panfletos e orientações ao público visitante da tenda da universidade. A terceira atividade foi a ação de panfletagem na escola de tempo integral. As atividades tiveram como foco a divulgação da rede de apoio disponível para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Tais experiências permitiram às acadêmicas vivenciar, na prática, os fundamentos da extensão universitária, conforme preconizado pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, que destaca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como elemento central da formação superior (FORPROEX, 2018). Mais do que ações pontuais, tratou-se de um processo educativo contínuo, em que o saber acadêmico foi colocado a serviço da transformação social.

Este relato tem como objetivo descrever detalhadamente as atividades realizadas, refletir sobre os aprendizados adquiridos e apresentar os impactos observados tanto na formação das acadêmicas quanto na comunidade envolvida.

Palestra sobre *Bullying* e *Ciberbullying* em Escola da Rede Estadual – Primeira Atividade

A primeira ação desenvolvida no âmbito da disciplina de Práticas de Extensão foi a organização e realização de uma palestra educativa em uma escola da rede estadual de ensino, voltada para alunos do ensino fundamental e médio. A atividade teve como temática central o enfrentamento ao *bullying* e ao *ciberbullying*, assuntos que têm se tornado cada vez mais urgentes nas instituições escolares e que impactam diretamente o desenvolvimento emocional e social dos jovens.

Para enriquecer o evento e oferecer uma abordagem técnico-jurídica qualificada, a equipe contou com a participação do delegado da Polícia Civil local, que trouxe sua experiência prática no tratamento de casos envolvendo violência escolar e crimes virtuais. A escolha do tema se justificou pela crescente preocupação com a segurança e o bem-

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

estar de crianças e adolescentes, bem como pela necessidade de esclarecer os aspectos legais relacionados a esses comportamentos, frequentemente tratados com descaso ou desconhecimento.

Durante a palestra, os alunos foram convidados a refletir sobre os limites entre brincadeira e agressão, a compreender os impactos psicológicos causados pelas práticas de intimidação sistemática e a reconhecer a importância da empatia e do respeito mútuo no ambiente escolar. Além disso, o delegado abordou os dispositivos legais que tratam do *bullying* e do *ciberbullying* no Brasil, como a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, e os artigos do Código Penal que podem ser aplicados a crimes cometidos no ambiente virtual.

A presença das acadêmicas foi fundamental para a mediação do diálogo entre o profissional convidado e os estudantes, além de permitir que elas exercitassem habilidades de escuta ativa, comunicação clara e postura cidadã. A organização do evento também envolveu a confecção de materiais de apoio, como *banner*, panfletos e *slides* informativos, que auxiliaram na exposição dos conteúdos.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Inspiradas por essa perspectiva, as acadêmicas compreenderam que a extensão não se limita a levar informação à comunidade, mas sim a promover espaços de troca e aprendizado mútuo.

Ao final da atividade, foi possível perceber o interesse e a participação ativa dos estudantes, muitos dos quais relataram experiências pessoais relacionadas aos temas abordados. Esse retorno reforçou a importância de se discutir abertamente questões que envolvem a convivência escolar e o uso responsável das tecnologias de comunicação, especialmente em uma realidade onde os ambientes virtuais se tornam extensões do convívio social.

Participação na Exposição Agropecuária com Ações de Conscientização Jurídica – Segunda Atividade

A segunda atividade de extensão desenvolvida pelas acadêmicas do terceiro ano do curso de Direito ocorreu durante a Exposição Agropecuária do município, evento de grande relevância para a comunidade local, que reúne visitantes de diversas faixas etárias e segmentos sociais. A participação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

(UEMS) no evento proporcionou uma excelente oportunidade para a promoção da cidadania e do conhecimento jurídico de forma acessível à população.

A equipe de acadêmicas organizou um espaço interativo dentro da tenda da universidade, expondo o *banner*, onde foram distribuídos materiais informativos — panfletos — abordando temáticas de interesse coletivo, como direitos fundamentais, proteção às mulheres, violência doméstica, *bullying*, *ciberbullying* e o funcionamento das redes de apoio social e jurídica existentes na cidade. Ao todo, foram produzidos mil panfletos para essa e outras ações do projeto.

O objetivo principal da ação foi traduzir o conteúdo jurídico em linguagem simples e compreensível, facilitando o acesso do público à informação e promovendo a conscientização dos seus direitos e deveres. Essa experiência refletiu o papel transformador da extensão universitária, conforme aponta Arroyo (2012, p. 45), ao destacar que "a universidade só tem sentido se estiver comprometida com os saberes e fazeres da sociedade que a sustenta".

Durante os dias da exposição, as acadêmicas se revezaram em turnos, atuando na recepção dos visitantes, na apresentação do material e no esclarecimento de dúvidas. O contato direto com a comunidade ampliou significativamente a percepção das discentes sobre a importância da comunicação clara e da empatia na atuação profissional do jurista.

Além disso, a atividade permitiu a vivência de situações práticas que exigiram habilidades como argumentação, escuta atenta, trabalho em equipe e adaptação de linguagem, habilidades essas essenciais ao exercício da advocacia e das demais carreiras jurídicas. Também foi possível identificar demandas sociais recorrentes, como tiradúvidas sobre direitos do consumidor, acesso à defensoria pública, entre outros — revelando a importância da presença da universidade em espaços comunitários.

A participação na Exposição Agropecuária consolidou-se como uma experiência enriquecedora e significativa, pois permitiu o exercício da função social da universidade e o fortalecimento do compromisso das acadêmicas com a promoção da justiça social e da cidadania ativa.

Complemento da Ação de Panfletagem – Escola de Tempo Integral

Além das ações realizadas, a equipe de acadêmicas também promoveu uma atividade de panfletagem na escola de tempo integral da rede estadual, destinada a estudantes do ensino fundamental e médio. A iniciativa visou ampliar o alcance das

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

orientações jurídicas e promover reflexões sobre a convivência escolar saudável, especialmente em um ambiente onde os alunos permanecem o dia todo, dividindo não apenas as salas de aula, mas também os momentos de alimentação, estudo e lazer.

Durante o período do almoço, momento propício para o convívio e a interação entre os estudantes, as acadêmicas abordaram grupos de alunos de maneira leve e acolhedora, distribuindo os panfletos informativos e conversando sobre questões como respeito mútuo, empatia, resolução pacífica de conflitos e os impactos do *bullying* — temas diretamente ligados à rotina de uma escola em tempo integral.

A escolha desse horário e espaço foi estratégica: a socialização durante as refeições muitas vezes é um reflexo da cultura de convivência da escola. Por isso, abordar esses temas nesse contexto ampliou as possibilidades de diálogo espontâneo e de identificação por parte dos estudantes. Muitos alunos compartilharam histórias e opiniões, demonstrando interesse pelas informações e acolhendo as orientações com atenção.

Foi também um momento de reforçar a ideia de que o ambiente escolar deve ser um espaço seguro, onde todos se sintam acolhidos e respeitados. As acadêmicas destacaram que atitudes como zombarias, exclusão, apelidos ofensivos e violência verbal ou física são formas de agressão que não devem ser normalizadas. Além disso, explicaram os canais de denúncia disponíveis dentro da escola e fora dela, assim como os direitos garantidos pela legislação vigente.

Essa ação, embora simples, teve um alcance significativo, pois reforçou valores essenciais à convivência cidadã e promoveu uma aproximação concreta entre o saber jurídico e a vida cotidiana dos adolescentes. Também representou uma oportunidade de diálogo horizontal, em que o conhecimento foi compartilhado de forma acessível, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a escola pública.

Reflexão sobre os Impactos da Experiência na Formação Acadêmica e Pessoal

A participação nas ações de extensão desenvolvidas ao longo do semestre teve um impacto profundo na formação das acadêmicas do terceiro ano do curso de Direito da UEMS. Mais do que simples atividades extracurriculares, as experiências vividas foram verdadeiros laboratórios sociais, onde os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula puderam ser aplicados de forma concreta, em contextos reais, marcados por desafios humanos, sociais e jurídicos.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A convivência com diferentes públicos — desde adolescentes em ambiente escolar até agricultores, trabalhadores urbanos e colegas universitários — proporcionou um desenvolvimento significativo de habilidades interpessoais, como comunicação eficaz, empatia, escuta ativa, adaptabilidade e responsabilidade ética. Tais competências são cada vez mais valorizadas na atuação profissional dos operadores do Direito, especialmente em um cenário onde se exige não apenas conhecimento técnico, mas também capacidade de mediação, diálogo e comprometimento social.

Além disso, a experiência evidenciou a relevância do papel da universidade como agente transformador da sociedade. Ao levar informação e orientação jurídica à comunidade, as acadêmicas vivenciaram a missão constitucional da educação superior pública, conforme expressa na Constituição Federal de 1988 (Brasil 1988), artigo 207, que assegura a autonomia universitária, orientando-se pelos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As ações também contribuíram para o fortalecimento do senso de pertencimento institucional e para a valorização da interdisciplinaridade. Em todas as atividades, os estudantes atuaram em equipe, compartilhando saberes, dividindo tarefas e construindo soluções colaborativas. Essa dinâmica favoreceu um ambiente de aprendizagem coletiva e crítica, em consonância com a proposta freiriana de educação emancipadora: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (Freire, 1987, p. 67).

No plano pessoal, muitas relataram que a participação nas atividades despertou nelas sentimentos de propósito, solidariedade e compromisso ético com o outro. A vivência do Direito fora da sala de aula, em contato com a realidade concreta das pessoas, contribuiu para a formação de uma consciência jurídica mais humana e sensível às desigualdades sociais.

Por fim, o exercício da extensão revelou-se uma ferramenta pedagógica poderosa, capaz de conectar teoria e prática, aproximar a universidade da sociedade e formar profissionais mais preparados para os desafios da vida em sociedade. Como destaca Boaventura de Sousa Santos (2006, p. 30), "a universidade precisa reaprender a escutar os saberes do mundo e a reconhecer a diversidade das formas de conhecimento".

Considerações Finais

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

As atividades realizadas durante a disciplina de Práticas de Extensão proporcionaram uma experiência significativa para as acadêmicas do curso de Direito da UEMS, integrando teoria e prática de maneira eficaz e transformadora. Cada ação desenvolvida – desde a palestra sobre *bullying* e *ciberbullying* até a participação na Exposição Agropecuária e a panfletagem nas escolas – não só aproximou as acadêmicas da realidade da comunidade, mas também as ajudou a compreender de forma mais profunda a aplicação do conhecimento jurídico nas questões cotidianas das pessoas. A palestra na escola de tempo integral, em particular, revelou-se um momento de grande importância para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso.

Referências

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 2018. Disponível em: <https://www.forproex.ufscar.br/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania planetária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2006.